

Bancos ficariam livres do risco

O projeto que o presidente da American Express elaborou é a criação de uma *joint-venture* entre o FMI e o Banco Mundial, o Instituto Internacional de Dívida e Desenvolvimento (I2D2), que, com garantias e fundos dos países ricos, poderia comprar, com os descontos atualmente existentes no mercado secundário, os títulos das dívidas dos países em desenvolvimento. Os bancos arcariam com as perdas dos descontos, mas se livrariam dos riscos. Os países ricos e o I2D2 tomariam o risco, mas teriam alavancas poderosas para promover o crescimento da economia mundial e convencer os países devedores a realizar reformas estruturais.

O I2D2 teria em suas mãos uma dívida dos países em desenvolvimento menor que a atual, mas um poder de persuasão sobre os países devedores muito mais consistente que o do FMI atualmente, por exemplo. "O abatimento da dívida sem reformas substanciais não faz sentido. A tendência é de que os países entendam que mais e mais reformas, na direção de economia de mercado são passos necessários neste processo para alcançar o crescimento", explica Robinson.

"O poder de influência (de uma instituição como o I2D2) não é do tipo do programa de austeridade (do FMI), embora esse tipo continuasse existindo. A persuasão vem do fato de que (o I2D2) teria dinheiro e estaria pronto para pôr esses recursos à disposição dos países. Mas aqueles países que não quiserem realizar reformas econômicas vão encontrar sérias dificuldades para negociar abatimento da dívida".

Na sua visão, o Brasil está seguindo na direção errada nesse campo: "Penso que os dispositivos da nova Constituição relativos a investimentos estrangeiros estão errados e vão simplesmente impedir o progresso do Brasil. Sei do lado emocional desta questão, mas sei também que há bastante gente nos países em desenvolvimento que sabe perfeitamente

que saudáveis políticas fiscais e monetárias são peças vitais para qualquer programa vitorioso de longo prazo." Para reforçar sua tese, Robinson cita exemplo de *booms* econômicos que estão acontecendo em países, como Portugal e Espanha, que mudaram suas leis e se abriram para o capital estrangeiro.

"Mas tem outras políticas relacionadas com essas, como a redução de barreiras comerciais, mudanças nas leis para permitir a repatriação de ganhos obtidos com os investimentos estrangeiros... Se você fizer mudanças como estas, em troca de abatimento da dívida e de dinheiro novo, então os políticos locais vão ficar pela primeira vez em posição de poder dizer que os bancos vão trabalhar conosco e que isso vai custar algo a esses bancos estrangeiros. Os bancos estariam dando uma oportunidade de pagar juros mais baixos, com um indefinido adiamento do pagamento do principal."

Diferença — Essas condicionalidades são diferentes da simples austeridade que o FMI geralmente impõe, pois visariam ao crescimento, segundo os planos de Robinson. Mas a diferença mais fundamental é que o FMI impõe sua receita amarga sem dar praticamente nada em troca e o novo esquema teria recursos concretos. Na verdade, os países devedores que não aderissem sofreriam consequências ainda mais drásticas do que as existentes hoje em dia, ao não se beneficiar.

Entre as condicionalidades, Robinson admite a possibilidade de que surja a exigência de algum compromisso por parte do Brasil de proteger as florestas tropicais. Mas ele insiste que esse é um fator de barganha que o próprio governo brasileiro é que deveria se adiantar e oferecer aos países ricos, em troca de abatimento da dívida, no curso de futuras negociações. Com isso, ele reflete uma extraordinária e crescente preocupação política no mundo desenvolvido com o efeito-estufa, agravado pela destruição da Amazônia. (R.C.A.)